

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.555 - RS (2019/0250510-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : LA LOMANDO AITA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA E OUTRO(S) -
RS014877
RENATO SCHENKEL DA CRUZ - RS057050
SADY ARAUJO FLORES - RS088314
RECORRIDO : PAULO AFONSO DUARTE DE QUADRO
ADVOGADO : MAURÍCIO MEDEIROS DE ALMEIDA - RS078622

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MATERIAIS. IMÓVEL. VÍCIOS CONSTRUTIVOS.

1. O Recurso Adesivo interposto pelo demandante PAULO AFONSO é formalmente irregular, eis que interposto como tópico de contrarrazões, o que acarreta sua inadmissibilidade. Inteligência do artigo 997, "caput" e § 2º, do CPC de 2015. Precedentes do TJRS e do STJ. Inadmissibilidade.

2. Decadência e prescrição incorrentes.

Demanda meramente indenizatória por danos materiais fundada em vícios construtivos de imóvel. Prazo prescricional de cinco anos: artigo 27 do CDC. Não esgotamento.

3. Responsabilidade da demandada LA ENGENHARIA pelos vícios de qualidade apresentados pelo imóvel adquirido pelo demandante PAULO AFONSO segue o regime dos artigos 18, "caput", e 20, "caput" e § 2º, do CDC.

Conforme a perícia realizada, e sua complementação, há uma série de "não conformidades" presentes no apartamento do demandante - em sua maioria, com natureza oculta, sendo um só vício de natureza aparente.

Essas desconformidades, conforme o perito, são decorrentes de falhas no processo construtivo, e são os problemas de ordem construtiva que deverão ser objeto de indenização por parte da demandada LA ENGENHARIA, responsável pelo empreendimento, cujo valor, ainda não quantificado, deverá ser objeto de liquidação prévia à fase de cumprimento.

Os honorários sucumbenciais fixados em R\$ 5.000,00 atendem ao

Superior Tribunal de Justiça

disposto no artigo 85, §§ 2º e 82, do CPC de 2015, especialmente em se considerando a matéria discutida e a necessidade de realização de prova pericial para dirimir a lide.

4. Integralmente mantida a sentença recorrida.

RECURSO ADESIVO INADMITIDO. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração não foram acolhidos (e-STJ, fls. 235-240).

Nas razões do especial, a recorrente alega violação aos artigos 206, § 3º, do Código Civil; 85 e 373, II, do Código de Processo Civil/2015.

Suscita que o prazo prescricional para as ações que pretendem a reparação civil de danos é de 3 (três) anos.

Aduz que deve ser afastada a sua responsabilidade ante a ausência de comprovação do nexo de causalidade dos vícios apontados com a conduta empregada.

Por fim, requer a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 261/265), pugnando pela não admissão do recurso.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão a respeito da suposta violação ao art. 373, II, do CPC/2015, no tocante à ausência de comprovação do nexo de causalidade entre os vícios apontados e a conduta da recorrente, não foi objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, o que impede o conhecimento do recurso, ante a ausência do indispensável prequestionamento, requisito que não isenta sequer as questões de ordem pública.

Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -

ACÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO
MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.
INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

Ademais, verifica-se que a Corte local entendeu ter havido inovação no recurso quanto à discussão sobre suposta prescrição ou decadência, tendo se manifestado nos seguintes termos (e-STJ, fls. 219-220):

2.1. No que pertine às questões preliminares de prescrição e decadência, trata-se de inovação recursal.

Referidos temas não foram objeto de qualquer menção ou suscitação prévia à sentença recorrida, que, por óbvio, se ateve ao contraditório formado.

Portanto, a inovação recursal, mesmo que a temática seja conhecível de ofício, implica em supressão de instância, violação do contraditório e desrespeito ao princípio da colaboração.

De qualquer modo, mesmo que enfrentadas, incorrem a decadência e a prescrição aventadas.

Ocorre que a recorrente não atacou o fundamento da inovação no recurso especial, motivo pelo qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284/STF.

Superior Tribunal de Justiça

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1º.12.2016, DJe 9.12.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTÕES TELEFÔNICOS COM CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

(...)

4. É deficiente a argumentação que não guarda correlação com o decidido nos autos, deixando de impugnar a fundamentação do julgado. Súmulas n. 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.391.525/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 12.12.2014).

No tocante à fixação dos honorários advocatícios, a Corte local concluiu o seguinte (e-STJ, fl. 221):

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, os honorários sucumbenciais fixados em R\$ 5.000,00 atendem ao disposto no artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC de 2015, especialmente em se considerando a matéria discutida e a necessidade de realização de prova pericial para dirimir a lide.

No particular, destaco que o valor fixado em favor do patrono do demandante, em valor estanque, é proporcional, considerada a sucumbência recíproca, àquele fixado, também em valor estanque, ao patrono da parte apelante, cujo arbitramento está estabilizado.

Tal entendimento, entretanto, não merece prosperar, eis que contrário à jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese, tendo sido a sentença prolatada na vigência do CPC/2015, o critério da equidade somente deverá ser utilizado nas situações expressamente autorizadas pelo *Códex* Processual, e dentro dos limites percentuais fixados pelo § 2º do art. 85 desse Diploma.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIACÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, "[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos em reconvenção, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, faz-se impositiva a majoração da verba honorária, estipulada em quantia inferior a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1.731.617/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 15.5.2018).

Superior Tribunal de Justiça

No voto condutor do precedente acima, consignou-se que, *"a par da impossibilidade de se aplicarem critérios de equidade nas hipóteses não expressamente previstas em lei (CPC/2015, art. 140, § ún.), o Código de Processo Civil vigente é expresse em dispor que os limites percentuais previstos em seu art. 85, § 2º, aplicam-se 'independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito' (§ 6º)".*

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR TEMPO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL. OCORRÊNCIA. CONTRADITÓRIO PRÉVIO À SENTENÇA DE EXTINÇÃO EXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. TESE FIRMADA NO TEMA 1 DO IAC, PRECEDENTE DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA PELO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015 EM CASO DE ELEVADO VALOR DA CAUSA E DE PROVEITO ECONÔMICO DE VALOR RELEVANTE IDENTIFICADO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

2. Os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015 sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

A equidade prevista pelo § 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, apenas quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 983.554/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 24.8.2018).

Dessa forma, assiste razão à recorrente, no ponto.

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar a fixação dos honorários de sucumbência devidos pelo recorrente em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

